



7609 ue Sofio

Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 22 de dezembro de 2017

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1º. Ponto – Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança -----
- 2º. Ponto - Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2018 ---
- 3º. Ponto - Proposta de Mapa de Pessoal para 2018 -----
- 4º. Ponto - Proposta de Derrama sobre o IRC para 2018 -----
- 5º. Ponto - Proposta de Fixação de taxas de IMI para 2018 -----
- 6º. Ponto - Proposta de Participação no IRS para 2018 -----
- 7º. Ponto - Proposta de manutenção em vigor até fevereiro de 2018 do Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais -----
- 8º. Ponto - Proposta de nomeação de Revisor Oficial de Contas – 2018/2021 -----
- 9º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras -----
- 10º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre -----
- 11º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela -----
- 12º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Ciborro -----
- 13º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de São Cristóvão -----
- 14º. Ponto - Proposta de Taxa Municipal de Direito de Passagem – Proposta de Percentual a aplicar em 2018 -----
- 15º. Ponto – Certidão de reconhecimento de interesse para o concelho – Empresa Intergados, Comercialização, Integração e Produção de animais, S.A. – Herdade das Badanelas – Montemor-o-Novo -----
- 16º. Ponto – Certidão de reconhecimento de interesse para o concelho - Empresa Intergados, Comercialização, Integração e Produção de animais, S.A. – Herdade da Caravela da Robusta – Montemor-o-Novo -----
- 17º. Ponto – Proposta de alteração ao Loteamento Municipal de Silveiras -----
- 18º. Ponto – Concurso Público – Fornecimento de energia elétrica a Instalações Municipais ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.) -----

Nélia Roque Sofio

19º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Aquisição e instalação de aparelho de ar condicionado na EB1 N.º 2 – Conde Ferreira -----

20º. Ponto – Proposta de 2ª. Revisão Orçamental 2017 -----

21º. Ponto – Proposta de Revalidação do Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira e Santiago do Escoural -----

22º. Ponto - Informação acerca da Atividade da Câmara Municipal -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes na sala. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luís Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Duarte Manuel Vicente da Luz, Elisabete Cebola Martins em substituição de José Carlos das Dores Zorrinho, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, João Miguel Amaro Marques, José Maria Barroso Fernandes, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Nogueira Breia, Manuel António Coelho, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Rui Campo em substituição de Orlando Manuel Beldroega, Sandra Cristina Esperança Matias, Sónia Cristina S. dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Susana Raquel Vicente Mendes e Vitalina da Conceição Roque Sofio, registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Carmen Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores Gil Porto e Olímpio Galvão. -----

A Sra. Presidente da Assembleia informou que os Senhores Vereadores António Pinetra e Henrique Lopes justificaram as suas ausências. -----

Ainda no uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos eleitos a proposta de introdução de dois pontos na ordem de trabalho, a qual foi aceite. -----

Ainda no uso da palavra, colocou à consideração da Assembleia uma proposta para se proceder de imediato à tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, à semelhança do que tem acontecido, no sentido de poder dispensar os elementos que não queiram ficar a assistir à sessão. -----

Tomaram posse os seguintes membros: -----

- A Sra. Presidente da Câmara Municipal – Hortênsia dos Anjos Chegado Menino -----

- A Sra. Presidente da Assembleia Municipal – Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio -----

- A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela - Paula Cristina Pinto Martins -----

- A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro - Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino -----

- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Orlando Manuel Beldroega -----

Moisés

- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural - Duarte Manuel Vicente da Luz -----
 - O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão - António Manuel Bernardo Fitas -----
 - O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras - António Joaquim da Silva Danado -----
 - O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre - José Maria Barroso Fernandes -----
 - O Sr. Comandante do Destacamento da GNR de Montemor-o-Novo – Tenente Tiago António Xavier Fernandes -----
 - O Representante da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo – Pedro Miguel da Piedade Carvalho -----
 - O Representante Associação de Solidariedade Social – CERCIMOR – Ana Cristina Saloio -----
 - O Representante da União dos Sindicatos de Évora – Vitor Manuel Carrasco -----
 - O Representante da Associação Comercial do Distrito de Évora – Associação económica -----
 - O Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo – Maria de Jesus Reis ----
 - O Representante da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Concelho de Montemor-o-Novo – Alexandre Júlio Vinagre Pirata -----
 - O Representante da GNR com intervenção no âmbito da violência doméstica - Tenente Tiago António Xavier Fernandes -----
 - O Representante da GNR com intervenção no âmbito da segurança rodoviária - Tenente Tiago António Xavier Fernandes -----
- Não esteve presente o Representante do Ministério Público – Procurador Adjunto da Comarca de Montemor-o-Novo e o Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo – Luís Manuel Reis Paixão, pelo que não tomaram posse nesta data.-----
- Pediu a palavra o eleito Senhor Luis Machado referindo que se torna difícil a análise da documentação devido à forma como é enviada aos eleitos. -----
- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que a decisão de enviar documentos mais complexos logo que estiveram prontos foi no sentido de possibilitar a sua análise com mais algum tempo, uma vez que o prazo para envio da documentação, de acordo com a lei, é de até dois dias antes da sessão. -----
- Disse ainda que não é intenção da mesa manter esta prática no envio da documentação, ao longo do mandato. -----
- De seguida a Sra. Presidente da Assembleia colocou à discussão a proposta de ata da sessão ordinária do dia catorze de setembro de dois mil e dezassete e não havendo qualquer proposta de alteração foi a mesma votada e aprovada por unanimidade. -----
- Foi ainda discutida e votada a proposta de ata da sessão extraordinária do dia dezassete de novembro e não havendo nenhuma proposta de alteração, foi também aprovada por unanimidade. -----
- Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----
- Usou da palavra a senhora Sónia Ramos para falar sobre o modo como foi expedida a documentação, dizendo também não concordar com a data em que se está a aprovar documentação tão importante, pela proximidade ao período de festas e final de ano. --

1109 e 570

Questionou a senhora Presidente da Assembleia Municipal sobre a realização das reuniões do Grupo de Trabalho do Regimento durante o ano de dois mil e dezoito. -----

De seguida, usou da palavra o eleito senhor Pedro Bento referindo que a CDU Distrital se recusa a aceitar que a Presidência da CIMAC seja entregue à força política que tem mais câmaras, princípio defendido até pela ANMP. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito senhor António Xavier questionando a senhora Presidente da Câmara Municipal sobre o vencedor do Concurso de Ideias Inovadoras para a Criação de Empresas ou de Oportunidades de Emprego promovido pela ADRAL. Ainda no uso da palavra, apresentou uma recomendação à Câmara Municipal, a qual se transcreve de seguida: -----

“Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo -----

A Bancada do CDS-PP de Montemor-o-Novo terá como objetivo nos próximos quatro anos, defender o programa eleitoral que apresentou aos seus co-cidadãos, considerando que só assim demonstraremos que as nossas ideias são, de facto, necessárias para a melhoria das condições de vida no Concelho. Assim, e considerando que: -----

- O Município deve procurar formas de reduzir a sua despesa; -----

- Que é, também, dever do município ter uma postura proactiva no que diz respeito à eficiência de recursos, em especial a utilização de recursos poluentes; -----

- A Câmara Municipal deve procurar aumentar a segurança a segurança e o bem-estar dos munícipes; -----

- E, por último, porque seguiria o excelente exemplo dado pelo Município de Aljustrel e por todos os Municípios que o seguirem. -----

Entende o CDS-PP de Montemor-o-Novo que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo deve levar a cabo um plano integral de reconversão de iluminação pública convencional para LED, que permitirá melhorar a qualidade e minimizar o impacto ambiental da iluminação pública, elevar os níveis de eficiência energética e reduzir o consumo e os custos de energia. Assim: -----

Propõe a esta Assembleia, através de V. Exa, que aprove uma recomendação à CMMN para que esta promova a reconversão da iluminação pública do concelho de Montemor, seguindo o excelente exemplo do Município de Aljustrel.” -----

Interveio de seguida a senhora Presidente da Câmara Municipal e respondendo às afirmações da eleita senhora Sónia Ramos afirmou que a realização desta sessão, nesta data tem um carácter excepcional, devido ao facto de ter sido um ano eleitoral, uma vez que nos anos anteriores a legislação previa que as Grandes Opções do Plano, tivessem impreterivelmente de ser aprovados pelo órgão executivo até trinta e um de outubro. Foi feito um grande esforço por parte de eleitos e técnicos para que os documentos estivessem concluídos e aprovados até final de dois mil e dezassete. -----

Relativamente à intervenção do eleito senhor Pedro Bento a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que existem outros detalhes que importam conhecer. Assim sendo, referiu que a lei prevê que existam duas maiorias para a eleição dos órgãos em questão, uma relacionada com o número de câmaras e outra com o número de eleitores. Relativamente à CIMAC o que acontece é que cada uma das maiores forças políticas, PS e CDU, tem uma dessas maiorias. Disse ainda que não está em causa a CDU aceitar ou deixar de aceitar. -----

No que se fez

Ainda no uso da palavra e para responder ao eleito senhor António Xavier informou que o referido concurso se trata de uma parceria entre a ADRAL e a Caixa de Crédito Agrícola, tendo sido apurados dois vencedores. -----

Relativamente à questão da iluminação LED, a eleita informou que as Câmaras Municipais que pertencem à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central estão quase na totalidade a participar num projeto de Candidatura ao Fundo EF que visa garantir o financiamento para um plano de substituição da iluminação pública. Disse ainda que o concelho de Montemor também faz parte desse projeto. -----

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interveio para afirmar que perante a intervenção da Senhora Presidente não se justificará a votação quanto à recomendação apresentada pela bancada do CDS/PP. -----

Pediu a palavra o eleito senhor António Xavier discordando da opinião da Senhora Presidente da Assembleia e considerando que o documento deverá ser votado. -----

Interveio a eleita senhora Sónia Ramos dizendo que a Câmara só faz obras se forem financiadas por terceiros e que concorda que a recomendação seja colocada a deliberação, uma vez que os eleitos não tinham conhecimento da existência da referida candidatura. -----

Usou da palavra o eleito senhor António Fitas, manifestando a opinião que não faz sentido a existência da recomendação. Informou ainda que, através de um acordo entre o Município e a EDP, estabelecido há cerca de dois anos, algumas das freguesias do concelho, já estão convertidas à iluminação pública LED, como é o caso de São Cristóvão. -----

O eleito senhor Luis Machado usou da palavra para referir que a recomendação é válida, uma vez que se existe essa candidatura, ela não é do conhecimento público. Continua a existir falta de transparência por parte do Município quanto à informação que coloca no site. Informou ainda que esta proposta consta do programa eleitoral do CDS-PP e não percebe qual a dúvida em se votar o documento. -----

Usou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para informar que também aquela freguesia substituiu todos os pontos de iluminação pública para LED, no que respeita à vila de Santiago do Escoural, faltando ainda realizar essa substituição em Casa Branca e São Brissos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra de seguida ao eleito senhor Joaquim Galvão, o qual propôs que fosse feita de imediato a votação do documento. -----

Passou-se de seguida à votação da recomendação. -----

Deliberação: reprovada por dezasseis votos contra dos eleitos da CDU e doze votos favoráveis dos eleitos pelo PS, PSD e CDS/PP. -----

Relativamente à votação, o eleito Guilherme Franco apresentou uma declaração de voto, a qual se transcreve de seguida: -----

“Eu Guilherme Tomás de Almeida Franco, membro da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, declaro que votei contra uma vez que não houve o esclarecimento de algumas dúvidas que havia no que concerne à recomendação sobre a reconversão da iluminação pública em LED. -----

A ausência do esclarecimento deve-se a uma interpelação à mesa para votarmos a moção, não havendo espaço para debate.” -----

Machado S. F. S.

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado para apresentar uma recomendação à Câmara Municipal, a qual se transcreve de seguida: -----

Considerando que: -----

- *O Orçamento Participativo tem como objetivo estimular o exercício de participação dos munícipes e das organizações da sociedade civil na decisão sobre a afetação de recursos às políticas públicas municipais;* -----

- *Os Orçamentos Participativos afirmam-se cada vez mais como um exemplo de participação ativa dos cidadãos na vida da sociedade, sendo um excelente mecanismo de Democracia participada;* -----

- *A participação da população reforça e adequa as políticas locais às necessidades e reais expectativas dos cidadãos, criando e promovendo pontes de diálogo sobre parte das prioridades de investimento público a efetuar no concelho. O cidadão terá assim a oportunidade de escolher os projetos que para si, façam mais sentido;* -----

- *O Orçamento Participativo permite que os órgãos executivos do Concelho de Montemor-o-Novo ganhem dados concretos das expectativas dos cidadãos para o seu concelho;* -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida ao 22º. dia do mês de dezembro de 2017, recomenda à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que: -----

- *Promova o estudo e implementação de um modelo de Orçamento Participativo para o Município;* -----

- *Implemente um regulamento para este processo, que promova o acesso e participação dos cidadãos, assim como, garanta que as decisões sejam totalmente isentas.* -----

Montemor-o-Novo, 22 de dezembro de 2017". -----

Para falar sobre o documento, pediu para usar a palavra o eleito senhor Joaquim Galvão, o qual iniciou a sua intervenção desejando a todos Boas Festas e referindo de seguida que a proposta também constava do programa eleitoral do Partido Socialista, afirmando que no concelho de Vendas Novas já existe este tipo de orçamento. Informou que os eleitos pelo Partido Socialista irão votar favoravelmente o documento. -----

Interveio a eleita pelo PSD, senhora Sónia Ramos para dizer que votará a favor da recomendação e que sempre votará a favor de propostas que visem contribuir para melhorar a transparência do funcionamento do Município, assim como da afetação das suas receitas. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Joaquim Bastos para propor uma alteração ao texto do documento, no que respeita à referência que apresenta sobre o Município de Cascais, dizendo que se a mesma for aceite, votará a seu favor. -----

Em resposta, o eleito senhor Luis Machado afirmou que apenas é feita esta menção, uma vez que teve conhecimento que o referido Município terá sido distinguido a nível europeu, no entanto, concorda com a introdução da alteração. -----

Ainda sobre o documento, o eleito senhor Alexandre Pirata referiu que na sua opinião esta proposta fazia mais sentido ter sido apresentada na sessão que decorreu no mês de setembro. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras desejando Boas Festas a todos os presentes e referindo que apesar de ser um assunto pertinente, não poderá

Monica Sofia

votar favoravelmente. Todos os concelhos têm realidades diferentes. Informou que não está a falar pela bancada, mas é a sua opinião pessoal. Ainda no uso da palavra propôs uma alteração ao documento. -----

Pediu a palavra a eleita senhora Sónia Ramos para referir que no âmbito do estatuto de direito de oposição, não foi convocada com a antecedência possível de modo a poder preparar-se e apresentar os contributos para o orçamento municipal pelo Partido que representa. -----

Interveio seguidamente, o eleito senhor António Fitas referindo que a vontade dos Montemorenses é expressa através do voto e que os programas da CDU são elaborados a partir de contributos de montemorenses, associações, entidades, etc. ----

Relembrou ainda que a iniciativa da Agenda XXI Local possibilitou a colocação de ideias, projetos, opiniões, por parte dos munícipes e informou que irá abster-se na votação do documento. -----

Usou da palavra de seguida o eleito senhor João Marques, desejando Boas Festas e propondo algumas alterações ao documento uma vez que não concorda com os adjetivos e comparações relativamente a outros municípios. Considera que poderá ser aprovado, mas sempre numa lógica apenas de estudo. -----

De seguida, interveio o eleito senhor Joaquim Gervásio afirmando que na sua opinião os orçamentos participativos são já uma panaceia por parte de alguns municípios de modo a parecerem mais transparentes. Informou que votará contra a recomendação. -

O eleito senhor Joaquim Galvão usou da palavra para dizer que concordava com as propostas de alteração apresentadas pelo eleito João Marques e informou que todas as forças políticas foram notificadas pelo Estatuto de Direito da Oposição para apresentar as suas propostas. -----

Relativamente às propostas de alteração colocadas, o eleito senhor Luis Machado referiu que apenas foi escolhido o Município de Cascais por ter sido considerado um exemplo a nível europeu. Referiu que todas as propostas que são apresentadas pelo CDS-PP visam melhorar as condições de vida dos montemorenses e por essa razão aceitam que sejam inseridas todas as propostas de alteração. -----

Pediu a palavra o eleito senhor António Xavier para dizer que a recomendação acerca do orçamento participativo será para ter em conta no próximo orçamento e informou que a força política que representa também foi notificada com pouca antecedência, ainda assim, lembrou que foi entregue à Senhora Presidente da Câmara, no mês de novembro, o seu programa eleitoral. -----

Informou que os eleitos pelo CDS-PP continuarão a trazer recomendações às sessões da Assembleia Municipal, porque consideram que o programa tem ideias boas, as quais podem valorizar muito a cidade. -----

A eleita pelo PSD, senhora Sónia Ramos interveio para questionar a Câmara Municipal sobre qual foi a antecedência que a bancada do Partido Socialista foi convocada, no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição. -----

A Senhora Presidente colocou o documento à votação: -----

Deliberação: Aprovada por vinte e dois votos favoráveis dos eleitos pela CDU (10); pelo PS (9); pelo PSD (1) e pelo CDS-PP (2) e seis abstenções dos eleitos pela CDU. -----

O eleito senhor João Marques apresentou uma declaração de voto, a qual se transcreve de seguida: -----

Moguer Sofia

“Considerando a oposição aos muitos exemplos de orçamentos participativos postos em prática no território nacional, bem como dos objetivos constantes dos mesmos, voto favoravelmente esta recomendação, pois a mesma remete para a Câmara Municipal o Estudo de um modelo orçamento participativo, que vai de encontro aos princípios políticos defendidos por mim e que seja um melhor contributo à participação da comunidade. Caberá à Câmara Municipal a decisão desse modelo.” -----

Usou da palavra o eleito senhor António Danado dizendo que para os mesmos efeitos subscreve a declaração de voto apresentada pelo anterior eleito. -----

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito senhor Luis Machado para apresentar uma recomendação à Câmara Municipal, a qual se transcreve seguidamente: -----

“Considerando que: -----

1 – Segundo a Proposta de Orçamento de 2018 do executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo é possível ler que “na última década (o concelho) perdeu 6,1% de habitantes” e que “A escassez de população em idade jovem, mais do que o elevado peso da população idosa, determina uma extrema dificuldade futura na renovação dos quantitativos populacionais do Concelho”; -----

2 – O Poder Local, tendo como uma das suas principais funções o apoio à população, pode e deve apoiar as famílias que queiram alargar o seu agregado familiar; -----3

– O Poder Local tem a capacidade e a autonomia de criar apoio diretos às famílias de modo a que estas se fixem no nosso Concelho e que aqui permaneçam; -----

4 – O Poder Local pode e deve apoiar medidas que combatam a desertificação do território interior, que a “olhos vistos” se vê cada vez mais envelhecido e desertificado;5 – O Município de Montemor pode e deve seguir os bons exemplos práticos, como o caso do Município de Mora, que com medida idêntica implementada no seu Concelho, criou um verdadeiro “baby boom”. -----

*A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida ao 22º. dia do mês de dezembro de 2017, recomenda à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo que promova o estudo e criação de um plano de incentivos à natalidade. -----
Montemor-o-Novo, 22 de dezembro de 2017” -----*

Pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, referindo que constam do programa eleitoral da CDU as questões relacionadas com o apoio à natalidade. Disse ainda o mesmo eleito que os apoios concedidos pelo Município através do Programa Mor Solidário têm sido uma ajuda importantíssima para muitas famílias. -----

Acrescentou que não poderá votar favoravelmente a recomendação. -----

O eleito senhor Augusto Pascoal interveio de seguida salientando que em reunião da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre foi apresentado um documento muito semelhante. Na sua opinião este tipo de apoios nunca deverá ser traduzido em valores monetários. -----

De seguida usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, que informou que na freguesia de Cabrela, há cerca de dez anos, está regulamentado um apoio à natalidade no valor de quinhentos euros. -----

Sobre o documento, a eleita senhora Sónia Ramos considera tratar-se de um assunto que merecia um estudo muito sério sobre medidas para a revitalização da cidade e do

Altoque São João

concelho. A mesma eleita considera que o Programa Mor Solidário é um fracasso, principalmente no que respeita ao eixo cinco. Considera que o Centro Histórico está completamente ao abandono. -----

Pedi para intervir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, António Fitas, dizendo que se trata de uma matéria preocupante para todos. Considera que o que gostaria de ver recomendado nestas sessões seria para que não encerrassem serviços públicos, que não encerrassem escolas, que não extinguissem freguesias, essas sim, seriam medidas que contribuiriam para a não desertificação do nosso país. Não concorda que as medidas de apoio à natalidade possam resolver os problemas da desertificação do interior. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Luis Machado dizendo que gostaria de saber quais os resultados obtidos na Freguesia de Cabrela com a implementação deste apoio. Salientou que os eleitos do CDS-PP aceitam todas as alterações ao documento de modo a que o mesmo possa ir de encontro com os interesses dos montemorenses.

Pedi a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela informando que poderá enviar para conhecimento o levantamento dos subsídios atribuídos e que irá votar favoravelmente, de acordo com a introdução das alterações propostas. -----

Interveio o eleito Senhor Joaquim Galvão para dizer que considera que todas as recomendações hoje apresentadas têm sido alvo de alterações de modo a serem aprovadas, o que não concorda. Referiu que os documentos deverão ser melhorados antes de serem aqui apresentados. Acrescentou que o desenvolvimento da cidade de Mora está relacionado com os postos de trabalho criados por uma empresa ali existente e não resultado de incentivos à natalidade. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: aprovada por maioria, com nove abstenções dos eleitos pela CDU e dezanove votos favoráveis dos eleitos pelo PS (9); pelo PSD (1); pelo CDS-PP (2) e pela CDU (7). -----

O eleito senhor Guilherme Franco apresentou uma declaração de voto: -----

“Eu Guilherme Almeida Franco, abstive-me porque desconheço os estudos de base para as considerações da moção apresentada pela bancada do CDS para a criação de incentivos à natalidade.”-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os eleitos sobre a prorrogação por mais trinta minutos do período antes da ordem do dia, sendo o pedido aceite. -----

Usou da palavra o eleito senhor Joaquim Galvão para referir que há cerca de quinze anos que decorrem as negociações para reinstalação do serviço de Finanças, questionando a Câmara Municipal sobre os valores que durante quinze anos não foram cobrados, no que respeita a rendas, água e eletricidade. -----

Pedi para intervir o eleito senhor Augusto Pascoal, o qual referiu que a obra que decorre junto à Escola Primária, sofre constantes interrupções e que o modo como estão a ser elaborados os passeios não permite o normal escoamento de águas. -----

Informou que terá sido colocado um sinal de trânsito que proíbe a circulação de pesados, o que tem provocado prejuízos no posto de abastecimento de combustíveis e impede o acesso também à Fábrica da Cortiça, considerando que é necessária a intervenção da Câmara no sentido que a obra seja terminada com a brevidade possível. -----

João Sofia

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao eleito Senhor Joaquim Galvão, informou que está a ser preparado um Projeto para reinstalação do Serviço de Finanças num outro local. Relativamente à obra em Cortiçadas de Lavre referiu que existe uma equipa de fiscalização municipal que está a acompanhar a obra. -----

Não havendo mais pedidos de uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de Trabalhos. -----

2º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2018 --- Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara destacando as intervenções que vão decorrer a nível da rede viária, reabilitação urbana, qualificação de equipamentos escolares, apoio ao movimento associativo e sócio cultural onde existe intervenção da Câmara Municipal, bem como ao nível da qualificação da oferta turística, destacando dois projetos: A Rota do Montado e o Centro Interpretativo e Turístico de Évora e do Alentejo Central. -----

Sobre o assunto, pediu para usar da palavra o eleito senhor Joaquim Galvão referindo que a CDU obteve nas últimas eleições cerca de quarenta e três por cento dos votos dos eleitores e que a oposição no seu total terá obtido cinquenta e um por cento dessa votação. Informou que os eleitos pelo PS ofereceram a sua disponibilidade à Senhora Presidente da Câmara para aceitarem pelouros na Vereação, de acordo com as suas capacidades técnicas. No entanto a senhora Presidente recusou invocando que os eleitos pela CDU tinham capacidades e conhecimentos para governar o Município. ---- Disse ainda o mesmo eleito que foi apresentado um conjunto de propostas no âmbito económico, social, cultural e no âmbito da circulação rodoviária e trânsito, para o orçamento municipal de dois mil e dezoito. Na sua opinião o orçamento que hoje vai ser aqui votado é muito vago, sendo em tudo idêntico a documentos apresentados em mandatos anteriores. Considera que estes novos tempos exigem respostas sérias e inovadoras que possam fazer com que todos os montemorenses consigam ultrapassar, da melhor forma, este período difícil. Disse ainda que o Orçamento e Opções do Plano apresentadas não apresentam respostas eficazes aos desafios e problemas que os montemorenses têm pela frente. Informou que a bancada do PS vai abster-se na votação. -----

A eleita pelo PSD, senhora Sónia Ramos interveio de seguida dizendo que considera que a Senhora Presidente da Câmara deveria fazer uma explanação mais detalhada e justificativa dos documentos. Irá votar contra. Solicitou mais alguns esclarecimentos sobre o Programa "Embaixadores de Montemor". Considera que grande parte do orçamento é gasto em planos e projetos. Questionou a senhora Presidente da Câmara sobre quais os serviços que vão ser reinstalados/requalificados. Solicitou informação sobre as rubricas onde se encontram inseridos os gastos associados à Feira da Luz e ainda qual o valor investido no presente ano.-----

Usou da palavra a eleita Senhora Fátima Breia, desejando Boas Festas a todos os presentes e referindo que a saúde em Montemor está de boa saúde, todos os montemorenses têm médico de família, não existem falta de enfermeiros, nem de outros operacionais, como acontece em outros concelhos. -----

Solicitou esclarecimentos sobre o Parque Integrado de Saúde a que faz referência o orçamento. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Pedro Bento salientando que nenhum dos documentos faz referência ao Rio Almansor e à Barragem dos Minutos. Considera que a Câmara

Boque Sofia

Municipal deveria reivindicar o Plano de Ordenamento da Barragem. Questionou a Câmara sobre quais os projetos/estratégias para estes dois espelhos de água. Solicitou ainda esclarecimento sobre o Plano de Intervenção do Sítio de Cabrela, questionando também a Câmara Municipal sobre qual a estratégia a adotar na adaptação às alterações climáticas. -----

Interveio o eleito senhor António Xavier para dizer que considera que as Opções do Plano apresentadas não passam de um livro de boas intenções. Destacou o valor irrisório destinado a formação (dez euros), assim como o valor elevado no que respeita a juros de mora. -----

Pedi informação à Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre quais as instituições sem fins lucrativos que existem para além das culturais, desportivas, de educação e ação social. -----

Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela dizendo estar bastante satisfeita ao verificar que a Estrada Intermunicipal Cabrela-Vendas Novas irá ser intervencionada, no entanto tem dúvidas relativamente às verbas destinadas a esse fim. -----

O eleito pelo CDS-PP, senhor Luis Machado revelou alguma satisfação por se conseguir rever nalgumas ideias/preocupações apresentadas nas propostas globais do documento. Ainda no uso da palavra o mesmo eleito, perguntou à Senhora Presidente da Câmara se acha razoável que apareçam ao logo do documento tantas rubricas designadas de "Outros". Destacou ainda que se conclui que dos sessenta e quatro projetos apresentados, no ano passado, apenas onze foram concretizados. -----

Usou da palavra o eleito senhor Rui Páscoa para dizer que discorda da intervenção da eleita Fátima Breia quando refere que o concelho de Montemor está de boa saúde. ----
Informou que os Postos Médicos de São Geraldo e de Fazendas do Cortiço se encontram encerrados há vários anos, não sendo efetuadas consultas, apesar de serem localidades onde grande parte da população é essencialmente idosa e com dificuldades de deslocação. Contudo, o médico apenas vai dar consultas à freguesia de Ciborro. -----

Em resposta a eleita senhora Fátima Breia respondeu que na sua opinião trata-se de um assunto que carece de uma discussão aprofundada, num outro local. -----

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito senhor Joaquim Bastos, o qual afirmou que, na sua opinião, a Câmara Municipal esqueceu-se um pouco das freguesias rurais porque todos os investimentos de maior dimensão foram canalizados para a sede de concelho. -----

Para além disso, a Câmara deveria ter oferecido mais incentivos para segurar os jovens nas freguesias rurais, nomeadamente através disponibilização de lotes a baixo preço. --
Usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmou que a apreciação das Grandes Opções do Plano deve ser feita em articulação com o Plano de Atividades, o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos, para uma melhor compreensão das diversas rubricas. Disse ainda a mesma eleita que não basta apresentar propostas, é necessário também perceber quais os recursos que envolvem essas mesmas propostas. -----

Informou ainda que o programa "Embaixadores de Montemor" vai agora ser criado e tem como objetivo criar uma rede de pessoas a título individual ou coletivo que possam contribuir para promover o concelho, em Portugal e no estrangeiro. -----

Hoje só foi

Em resposta à eleita pelo PSD, informou que os valores afetos à reinstalação de serviços municipais, estão relacionados com a criação de um edifício de instalações sociais para os trabalhadores, assim como da requalificação de infraestruturas, a decorrer na Zona Industrial da Adua. -----

Ainda no uso da palavra, referiu que o valor afeto à realização da Feira da Luz se encontra repartido por diversas rubricas. -----

Informou que a Câmara Municipal pretende continuar a assumir o papel de colaboração com os serviços de saúde locais, considerando que tem sido positivo.-----

Relativamente à Barragem dos Minutos considera que a maior preocupação deveria ser a elaboração Plano de Ordenamento, no entanto a Câmara tem um documento que recebeu por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, o qual faz menção a que face às alterações legislativas os Planos de Ordenamento para Barragens com características semelhantes à Barragem dos Minutos deixaram de ser considerados prioritários. -----

Quanto ao Rio Almansor, a Câmara Municipal irá traçar uma estratégia de intervenção em conjunto com as entidades competentes e proprietários. -----

Quanto às dúvidas colocadas pelos eleitos senhor António Xavier e Luis Machado, a Sra. Presidente referiu que irá enviar por escrito os esclarecimentos às questões. -----

A mesma eleita disse não concordar com a intervenção do senhor Joaquim Bastos e elencou diversos investimentos/compromissos de investimentos nas áreas das freguesias rurais, nomeadamente a requalificação da Praça da República em Santiago do Escoural, está a decorrer o procedimento administrativo para a empreitada de requalificação da Estrada Municipal Alto da Mata-Pitamarica, estão previstas também diversas intervenções nas escolas por todo o concelho, a pavimentação da Rua João Paulo II em Foros de Vale de Figueira, entre outras.-----

Pedi de novo para usar da palavra o eleito senhor Pedro Bento para dizer que no que respeita às alterações climáticas, considera que a Câmara Municipal deveria ter uma estratégia de intervenção local. Referiu que os períodos de seca, idênticos ao que estamos a viver neste momento, faz com que aumentem os níveis de poluição e futuramente a contaminação dos recursos hídricos e dos solos e conseqüentemente o aparecimento de doenças, como as salmonelas, etc. -----

Afirmou ainda que este tipo de consequência também surge maioritariamente em municípios servidos por menor número de Etar's. -----

A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela usou da palavra referindo que uma das formas de contrariar a desertificação no que respeita à freguesia de Cabrela seria a melhoria dos seus acessos. -----

Interveio de novo o eleito senhor Luis Machado dizendo que irá votar contra o Orçamento Municipal e que aguarda a resposta sobre os gastos envolvidos com a Feira da Luz. -----

Usou da palavra o eleito senhor António Danado, referindo que este orçamento até poderia ser apresentado um pouco mais tarde, como foi explicado inicialmente. Realçou que os documentos refletem investimentos em Montemor, na sua globalidade. Não concorda com as afirmações de alguns eleitos de que não se fazem investimentos nas freguesias rurais. O seu voto será favorável. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Alague Sofia

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU, nove abstenções dos eleitos pelo PS e três votos contra dos eleitos pelo CDS/PP e pelo PSD. -----

O eleito senhor Luis Machado apresentou uma declaração de voto: -----

“Declara que vota contra pois para ser coerente, é-me impossível votar favoravelmente um documento que deixa tantas dúvidas com as rubricas “outros””.-----

Também o eleito senhor Augusto Pascoal apresentou uma declaração de voto: -----

“Poderia votar favoravelmente, porque finalmente se prevê no orçamento a verba necessária à pavimentação da estrada 530. Todavia, abstive-me, porque outras componentes importantes do orçamento não merecem o meu voto favorável.” -----

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para questionar os eleitos sobre a continuação da sessão, por ser meia noite, tendo sido tomada a decisão de continuarem os trabalhos. -----

3º. Ponto - Proposta de Mapa de Pessoal para 2018 -----

Usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmando que a proposta apresentada visa continuar a reposição da perda de trabalhadores que afetou o Município entre 2012 e 2016, no âmbito das medidas inseridas no memorando da troika, as quais diminuíram a capacidade de resposta da Câmara essencialmente ao nível dos serviços operacionais. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado para questionar a Sra. Presidente da Câmara sobre a área académica para um lugar de Assistente Técnico no Mapa de Pessoal. -----

Em resposta a Sra. Presidente informou que posteriormente irá remeter essa informação. -----

Usou da palavra o eleito senhor Joaquim Galvão para informar que a bancada do PS se irá abster, porque apesar de concordarem com a integração de trabalhadores, não foram ouvidos quanto às categorias a integrar na proposta. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, o documento foi colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e doze abstenções dos eleitos pelo PS, CDS/PP e pelo PSD. -----

4º. Ponto - Proposta de Derrama sobre o IRC para 2018 -----

Interveio a Sra. Presidente da Câmara para dizer que a proposta que se apresenta é de manter as taxas já aqui apresentadas em anos anteriores, 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto e a manter o valor da taxa reduzida em 0,5% à semelhança dos últimos quatro anos.-----

Pediu a palavra o eleito senhor Pedro Bento afirmando que a bancada do Partido Socialista vai votar contra porque defendem a derrama a zero, porque favorecia o investimento e a economia local. -----

Interveio a eleita pelo PSD, informando que irá votar contra, à semelhança de anos anteriores, porque considera que a Câmara deveria oferecer mais benefícios à fixação de investidores. -----

O eleito pelo CDS/PP, senhor António Xavier usou da palavra para dizer que considera que os concelhos vizinhos oferecem bons pacotes de incentivos e que temos que saber falar com os investidores e a mesma língua que eles. Defende que a proposta de derrama deveria ser a zero.-----

Moque Sof

Usou da palavra o eleito senhor António Danado, afirmando que no distrito de Évora, nenhum concelho tem isenções quanto à Derrama e para além disso em alguns concelhos nem sequer está prevista a taxa reduzida. -----

O eleito senhor Alexandre Pirata, pediu a palavra para salientar que a fixação de empresas não está apenas relacionada com os valores praticados em termos da derrama, mas também com as políticas nacionais de incentivos.-----

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e doze abstenções dos eleitos pelo PS, CDS/PP e pelo PSD. -----

5º. Ponto - Proposta de Fixação de taxas de IMI para 2018 -----

Relativamente a esta proposta a Sra. Presidente da Câmara afirmou se mantém o valor a aplicar na taxa mínima.-----

Sobre a proposta, o eleito senhor Joaquim Galvão manifestou o seu agrado pela decisão do Município em manter a proposta para a taxa mínima. O mesmo eleito disse ainda que à semelhança de outros anos, sugere que a Câmara Municipal possa informar através de Edital sobre estes benefícios. -----

A eleita senhora Sónia Ramos referiu que irá votar contra esta proposta, porque apesar da Câmara anunciar estas isenções, nada vem a ser concretizado, apesar da proposta apresentada pelo Partido Socialista para divulgação de isenções.-----

De seguida, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara afirmando que as maiores dificuldades neste processo estão relacionadas com a identificação dos imóveis.-----

Disse ainda que durante o ano de 2018, no âmbito do processo de reabilitação urbana serão divulgadas as medidas e incentivos de modo a encontrar uma forma de aplicação das majorações e minorações.-----

A Sra. Presidente da Assembleia, deu a palavra ao eleito pelo CDS/PP, o qual solicitou o envio das propostas apresentadas pela Câmara Municipal no que se refere ao IMI, nos últimos dez anos.-----

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.-----

Deliberação: Aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor dos eleitos pela CDU, pelo PS e de um eleito pelo CDS/PP e dois votos contra da eleita pelo PSD e de um eleito pelo CDS/PP.-----

6º. Ponto - Proposta de Participação no IRS para 2018 -----

Relativamente a esta proposta a Sra. Presidente da Câmara referiu tratar-se de um documento semelhante a anos anteriores, propondo-se manter a taxa variável de 5%.

Interveio o eleito senhor Joaquim Galvão salientando que constava do programa eleitoral do PS a proposta para que o valor dos 5% fosse dividido entre a autarquia e a população, à semelhança do que acontece em outras autarquias, porque poderia ser um alívio para muitas famílias, beneficiando assim também no comércio local.-----

O eleito António Xavier usou da palavra de seguida afirmando concordar com a proposta do PS, uma vez que, na sua opinião o Programa MorSolidário está parado há muito sendo o programa de maior importância de cariz social no momento.-----

A eleita senhora Sónia Ramos, mencionou que não se revê nesta proposta, porque os municípios tinham a possibilidade de ficar com estes valores em carteira, beneficiando também a economia local.-----

M. Queiroz

Em resposta ao eleito pelo CDS-PP, a Sra. Presidenta da Câmara informou que em todas as reuniões de Câmara são aprovadas propostas de apoio no âmbito do Programa Mor Solidário.-----

Não havendo outros pedidos de esclarecimentos, a Sra. Presidente colocou a proposta a votação.-----

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e doze votos contra dos eleitos pelo PS, PSD e CDS/PP.-----

7º. Ponto - Proposta de manutenção em vigor até fevereiro de 2018 do Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais -----

A Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu que está ainda a decorrer o Processo de Alteração ao Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais, pelo que a proposta apresentada é para que se mantenha em vigor, até à conclusão do referido processo.--

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

8º. Ponto - Proposta de nomeação de Revisor Oficial de Contas – 2018/2021 -----

Intervio a eleita senhora Sónia Ramos para dizer que votará contra esta proposta, uma vez que esta empresa sempre apresentou relatórios corretos e não detetou os desvios de verbas.-----

Pediu a palavra o eleito senhor António Xavier, referindo que fazia todo o sentido ter sido proposta outra entidade.-----

Usou da palavra o eleito senhor António Danado afirmando ter sido o ROC que terá informado sobre os valores em falta.-----

A Sra. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que os Relatórios do ROC sempre foram bastantes claros.-----

Deliberação: Aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU e pelo PS e três votos contra dos eleitos pelo CDS/PP e pelo PSD. -----

9º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a União de Freguesias de N.ª Sr.ª da Vila, N.ª Sr.ª do Bispo e Silveiras -----

A Sra. Presidente referiu que no sentido de manter a política de descentralização para as freguesias, foi iniciada uma negociação com todas as freguesias no sentido de rever os instrumentos aprovados no anterior mandato. Relativamente à proposta apresentada neste ponto, referiu que foi introduzido um novo conjunto de propostas, a vigorar durante o presente mandato.-----

Não havendo pedidos de intervenção, a proposta foi posta a votação.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

10º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre -----

Quanto a esta proposta, a Sra. Presidente informou que houve um acréscimo de valor resultante da integração de novos bens patrimoniais do Município de que a União de Freguesias irá passar a fazer a manutenção.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Moque Sof

11º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela -----
Sobre a proposta, a Sra. Presidente da Câmara referiu que a mesma contempla um conjunto de alterações relativamente ao Contrato anteriormente assinado.-----
Por não haver pedidos para uso da palavra, a proposta foi colocada a votação.-----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

12º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Ciborro -----
No que respeita a esta proposta foram introduzidas novas áreas ou bens patrimoniais que não estavam contempladas anteriormente, conforme afirmou a Sra. Presidente da Câmara. -----
Não havendo pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

13º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de São Cristóvão -----
À semelhança das anteriores propostas também esta contempla um conjunto de alterações.-----
Não havendo pedidos de uso da palavra, o documento foi colocado à votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

14º. Ponto - Proposta de Taxa Municipal de Direito de Passagem – Proposta de Percentual a aplicar em 2018 -----
Esta taxa já se encontrava prevista na lei, no entanto havia uma disposição que permitia que fosse repercutida nos consumidores finais. Em virtude de ter sido levantada essa disposição legal, é possível neste momento aplicar essa taxa às empresas que disponibilizam esses serviços, propondo a Câmara Municipal a aplicação de um valor de 0,5% sobre o valor da faturação emitida no concelho, por essas empresas.-----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

15º. Ponto – Certidão de reconhecimento de interesse para o concelho – Empresa Intergados, Comercialização, Integração e Produção de animais, S.A. – Herdade das Badanelas – Montemor-o-Novo -----
Esta proposta, assim como a que se apresenta no ponto seguinte, estão relacionadas com processos de regularização de atividades económicas, sendo que a Assembleia deverá pronunciar-se pela relevância do investimento de acordo com os critérios referenciados no documento.-----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

16º. Ponto – Certidão de reconhecimento de interesse para o concelho - Empresa Intergados, Comercialização, Integração e Produção de animais, S.A. – Herdade da Caravela da Robusta – Montemor-o-Novo -----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

17º. Ponto – Proposta de alteração ao Loteamento Municipal de Silveiras -----

Moisés

A Sra. Presidente referiu que esta proposta surgiu da necessidade de se proceder a uma ampliação do edifício afeto à Escola Primária e Cantina Escolar no Loteamento Municipal de Silveiras. Para isso será necessário desafetar uma área do domínio público para o domínio privado municipal, sendo da competência da Assembleia Municipal autorizar essa transmissão. -----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

18º. Ponto – Concurso Público – Fornecimento de energia elétrica a Instalações Municipais ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.) -----

A Sra. Presidente da Câmara informou que a presente proposta diz respeito ao início do procedimento para um contrato para fornecimento de energia, pelo período de três anos, às instalações municipais.-----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

19º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Aquisição e instalação de aparelho de ar condicionado na EB1 – Conde Ferreira. -----

Relativamente a esta proposta de Protocolo usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, informando que esta intervenção surge na sequência de um pedido da Associação de Pais da referida Escola. Explicou ainda que serão instalados sete aparelhos, distribuídos pelas quatro salas de aula, dois aparelhos na cozinha e um aparelho na biblioteca. Serão instalados no chão, como se instalam as salamandras.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

20º. Ponto – Proposta de Revalidação do Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira e Santiago do Escoural -----

A Sra. Presidente da Câmara afirmou que se verificou que os contratos celebrados com as Juntas de Freguesia de Foros de Vale de Figueira e de Santiago do Escoural não seriam alterados, pelo que cabe à Assembleia Municipal autorizar a revalidação dos Contratos com as referidas freguesias, pelos mesmos valores.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

21º.Ponto – Proposta de 2ª. Revisão Orçamental 2017 -----

A Câmara Municipal recebeu informação por parte da Direção Geral das Autarquias Locais que haveria lugar a uma receita referente ao apuramento de resultados líquidos da participação do Município no FAME, pelo que teve que ser criada uma rubrica para a mesma poder ser contabilizada, sendo da competência da Assembleia Municipal autorizar as revisões orçamentais.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

22º. Ponto – Informação acerca da Atividade da Câmara Municipal -----
Não houve intervenções neste ponto.-----

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que foi remetida a calendarização das sessões da Assembleia para o próximo ano, tendo havido uma alteração à data da sessão prevista para o mês de novembro.-----

Disse ainda que o Grupo de Trabalho sobre o Regimento irá continuar a reunir e que durante o mês de janeiro será enviada uma proposta de data para a próxima reunião.--

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao público presente.-----

Usou da palavra o senhor Luis Jordão agradecendo a resposta enviada pela Sra. Presidente da Assembleia a uma questão colocada. Solicitou informação se a reclamação que colocou terá sido enviada para conhecimento dos eleitos.-----

Ainda no uso da palavra afirmou que a reclamação que colocou está relacionada com o facto de algumas reuniões de câmara não serem divulgadas publicamente conforme obriga a lei e que nesse sentido terá sido praticado um ato ilegal pela Câmara. Disse ainda que a presente sessão da Assembleia Municipal não foi divulgada com a antecedência obrigatória por lei. -----

Questionou ainda a Sra. Presidente da Câmara sobre qual o valor previsto neste orçamento municipal para a realização da Feira da Luz.-----

Em resposta a Sra. Presidente da Câmara respondeu que ainda não está orçamentado o valor para a realização da Feira da Luz para o próximo ano.-----

Sobre as questões apresentadas pelo munícipe Luís Jordão, os eleitos pelo CDS-PP e a eleita pelo PSD solicitaram informação sobre a reclamação em questão, que terá sido remetida à Assembleia e da qual não tiveram conhecimento. -----

A Sra. Presidente da Assembleia informou que, para além da listagem da correspondência que é remetida, poderão, se assim o pretenderem, solicitar cópia em papel da documentação. Relativamente às reclamações recebidas, informou que futuramente, desde que isso seja solicitado pelos comunicantes, as mesmas serão remetidas a todos os eleitos.-----

A eleita pelo PSD pediu esclarecimentos sobre que tipo de ato ilegal o munícipe se referia.-----

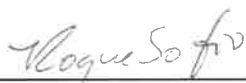
A mesa procedeu de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, era uma hora e quinze minutos do dia 23 de dezembro de dois mil e dezassete. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Assistente Técnica



Vitalina da Conceição P. Roque Pires Sofio

Helena Bazilisa Rodrigues